
UMA BREVE ANÁLISE DO EQUILÍBRIO
MUNDIAL DO PODER

(Continuação)

UMA BREVE ANÁLISE DO EQUILÍBRIO MUNDIAL DO PODER

(*Continuação*)

IV

FACTORES ESTATICOS NO ACTUAL EQUILÍBRIO DO PODER

A fim de avaliar e definir uma base para as projecções previsíveis da evolução, tentemos estabelecer uma fotografia instantânea do que é, hoje, o equilíbrio de poder na comunidade internacional. Os participantes, os actores, são 159 Estados soberanos, diversificados nos mais diferentes aspectos: extensão, população, recursos, objectivos, ideologias, sistemas de governo, forças militares e outros. A diversidade é a característica de todos: dos 147 membros das Nações Unidas, e dos outros 12 que não sendo membros de pleno direito estão pelo menos representados como observadores, alguns estão agrupados em instituições regionais, outros são motivados por uma identidade comum de interesses, alguns de viabilidade duvidosa — pelo menos sem a capacidade de estreitarem as relações entre eles, por divergências intrínsecas.

Mas, eis, aqui estão eles, os actores ou agentes da política internacional: 159 Estados, hoje — certamente mais amanhã. Não são iguais, excepto nos direitos reconhecidos na jurisprudência internacional, mas não na prática corrente das relações. Mas a partir da diversidade geral nós podemos distinguir, sem qualquer margem de discussão, as duas superpotências, tão universalmente reconhecidas, que a designação entrou no léxico corrente. O facto é este: as duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, dispõem dum tal potencial e duma preponderância estratégica, que não podem ser comparadas a qualquer outra potência. A seguir a elas aparecem outras potências significativas e depois os outros centros do poder. Entre estes últimos há Estados com um completo e diferente espectro de poder, de muito diversificada importância, indo por exemplo desde a Índia, com as quartas Forças Armadas mais numerosas do Mundo — e em segundo lugar em população —, até, no fundo da escala, à pequena Grenada.

É necessário e importante antes de examinar as relações interestatais estabelecer quais são os centros de poder mais significativos ou as grandes potências, que na escala se seguem às superpotências. Uma das soluções possíveis é a adoptada pelo RCDS, no «curriculum» do seu curso, que considera seis centros significativos de poder⁽²⁷⁾, compreendendo organizações ou blocos que estão muito longe de se encontrarem consolidados — como a CEE —, ou que de facto não são independentes na cena internacional — como é o caso da Europa do Leste. É evidente que desempenham, «per se», um papel importante nas relações internacionais na formulação e definição da política e do comportamento dos Estados individuais que compreendem.

Preferiremos, ao definir o enredo das relações internacionais, para efeito de análise, considerar os Estados individualmente, sem esquecer as suas múltiplas relações. Como já se afirmou anteriormente ainda não se atingiu o estágio em que as grandes associações de Estados substituam a personalidade dos Estados individuais. Que Estados devemos então considerar no segundo nível da hierarquia, a seguir às superpotências? A República Popular da China e o Japão parecem aceitáveis sem grande discussão e podemos juntá-los sem margem para grande controvérsia o Reino Unido, a República Federal da Alemanha, a França e, talvez, a Índia, que, além dos atributos já atrás mencionados, tem uma capacidade nuclear.

Em qualquer hipótese nós temos hoje, no Mundo actual, duas grandes superpotências, e os outros, num número total, além das superpotências, de 157 Estados com uma importância e possibilidades muito diversificadas. Agora, a seguir tentaremos analisar e diferenciar as relações entre eles⁽²⁸⁾.

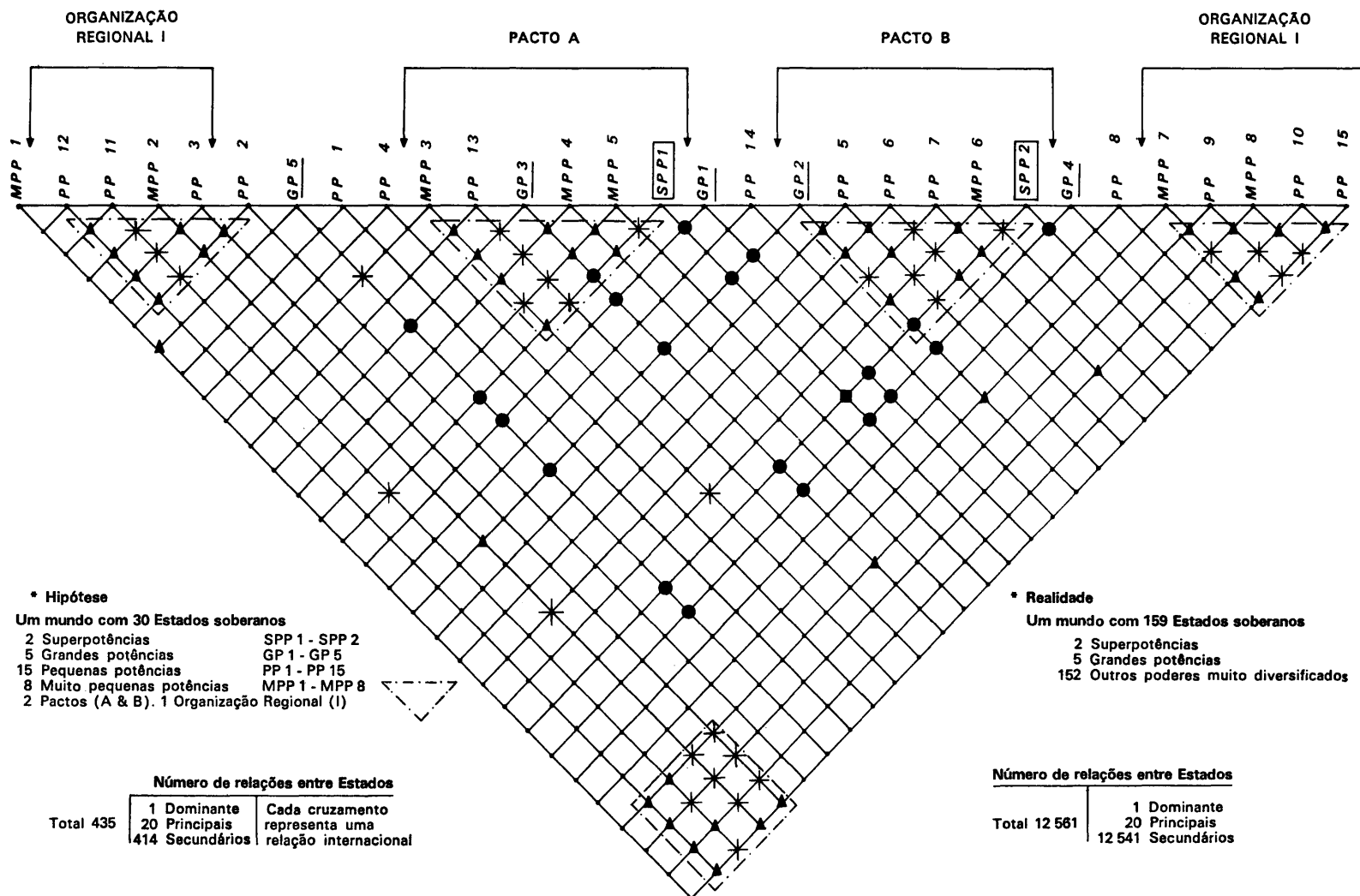
Vamos partir da base de duas superpotências, cinco ou seis grandes potências — digamos cinco — e outras 152 potências, num total de 159 Estados soberanos dos quais só 12 não são membros das Nações Unidas.

O número total de relações possíveis entre o total dos Estados soberanos, será o número terrivelmente fantástico de $N = \frac{159 \times 158}{2} = 12561$, o que deve ser posto em comparação com o número muito mais modesto de 946, ao tempo da Conferência da Haia de 1907. Na verdade, e como se vê, o Mundo

⁽²⁷⁾ RCDS. *Setting — 1977 Course, First Term*: Primeira fase — As superpotências: os Estados Unidos e a Rússia; Segunda fase — Outros Centros de Poder: A China, o Japão, o Terceiro e Quarto Mundos, o Bloco Oriental e a CEE.

⁽²⁸⁾ Ver diagrama em anexo para facilitar a compreensão do que segue.

«UMA BREVE ANÁLISE DO EQUILÍBRIO MUNDIAL DO PODER»
DIAGRAMA ANEXO: ESQUEMA HIPOTÉTICO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: «A TEIA DE PENÉLOPE»



Caracterização de algumas poucas relações secundárias (possíveis exemplos típicos escolhidos ao acaso)

Nível 1
 Nível 2
 Não caracterizado

Relações consideradas mais importantes por razões, por exemplo, de agrupamento no mesmo pacto ou organização regional, relações especiais com uma antiga potência colonial, fronteira comum, ideologia, produtor/consumidor de petróleo; identidade de cultura ou outros susceptíveis de valorizarem uma dada relação.

Exemplos: PP 11 — SPP 1: ideologia comum; PP 7 — MPP 8; fronteiras comuns; GP 2 — MPP 2: consumidor — produtor de petróleo; etc. (analisar caso por caso para cada situação concreta).

*** Finalidade do diagrama**

Esclarecer o texto; iluminar a diversidade e complexidade das relações internacionais; base para um estudo posterior mais pormenorizado.

tornam difícil isolá-las, mas é neste contexto geral que o equilíbrio do poder deve ser considerado.

Os factos ou as conclusões parecem ser estes. O equilíbrio do poder mundial é regulado pela relação dominante. O nosso sistema bipolar de equilíbrio é dominado pelo eixo bipolar Estados Unidos da América - União Soviética, reunindo na sua esfera de atracção outros Estados ou grupos de Estados, apesar do seu culto da soberania. Mesmo aqueles que, como a França, com a sua repetida afirmação de prosseguir uma política independente, estão sobre a influência do sistema bipolar. Talvez, pelo seu potencial estratégico e pela situação específica, a República Popular da China seja dos menos influenciáveis, até porque se pode admitir que já é ou está numa posição próxima de se tornar uma superpotência, e com características de invulnerabilidade assinaláveis. Mas não pode deixar de considerar a existência ou deixar de ser influenciada pelo dipolo.

O sistema bipolar constitui, na verdade, o núcleo do sistema mundial de hoje e é, de certa forma, estável. As duas superpotências ditam a lei com uma margem bastante razoável de liberdade de acção. Em acordo, ou desacordo, acontecimentos recentes mostram que é este o caso, para só citar o TNP, SALT, o acordo de Vladivostock, o Tratado de Helsínquia e a Conferência de Belgrado, agora na sua fase preparatória.

As duas superpotências, com as suas profundas divergências em muitos campos, estão inteiramente de acordo num ponto: manter a bipolaridade do sistema mundial. Como um novo Tratado de Tordesilhas, não escrito, à escala do mundo de hoje, e com muitos pontos de confrontação, como sucede nomeadamente em África e noutras áreas. No entanto, no interesse mútuo das superpotências, a estabilidade do núcleo tem sido mantida e os conflitos têm ocorrido na periferia, com um esforço concertado para limitar as possibilidades de virem a afectar o centro. As outras potências, significativas ou menos, gravitam à roda do núcleo, em diferentes órbitas, à volta de uma ou de ambas as superpotências, mais ou menos de acordo com a lei de Newton: na razão directa das massas e na inversa do quadrado das distâncias. Mas, no campo do estudo que vamos fazendo, é preciso ter em atenção que uma mudança de órbita é sempre uma hipótese possível.

É isto, em termos muito genéricos, um esquema do sistema actual. E, sobre este, faremos a seguir mais algumas considerações.

V

DINÂMICA DA EVOLUÇÃO

Depois de terem sido examinados os esquemas possíveis de equilíbrio de poder e o que parece ser o sistema actual, é de interesse, e isto é um ponto muito importante, fazer uma tentativa para prever a evolução nos anos a vir. A análise histórica abre a via para definir, em bases razoáveis, quais são os mecanismos — e unicamente os mecanismos — da evolução. Mas estaremos com os pés assentes num terreno muito mais incerto, se, com os fundamentos de situações anteriores e conhecendo a tendência de evolução no passado, tentarmos extrapolar, deduzir ou definir o que serão os sistemas do futuro. Por exemplo, e para iluminar o grau de incerteza, as possíveis margens de erro, nós poderíamos considerar os estudos dos poleomologistas. Da sua análise das guerras é possível definir as condições que originam, conduzem e concluem as guerras. Mas tudo isto está unicamente relacionado com um processo mecânico porque a introdução de novos conceitos e técnicas pode alterar drasticamente as hipóteses estabelecidas. Antes da Primeira Guerra Mundial, o Plano Francês XVII e o Plano Alemão Schlieffer apontavam para uma guerra curta, de movimento. De facto veio a ser uma guerra prolongada, caracterizada por uma notável estabilização nas trincheiras. A mobilidade que se veio a verificar na Segunda Guerra Mundial foi outra surpresa. Com efeito, podia admitir-se que, extrapolando as condições anteriores, a estabilidade voltaria a ser a regra. As linhas Maginot e Siegfried, que não vieram a representar nada de importância maior na conduta da guerra, reflectiam o conceito da estabilidade contra a mobilidade. Mas novas técnicas, especialmente o progresso dos tanques e aviões, e novos conceitos, como a «blitzkrieg», alteraram completamente o que se podia deduzir das lições do passado.

Num problema, muito mais incerto e complexo, com muito mais variáveis, como é o da evolução do equilíbrio mundial do poder, o grau de incerteza é, ainda, muito maior. Esta prevenção torna-se necessária quando pretendemos deduzir o futuro da evolução desse equilíbrio.

Prosseguindo com o assunto teremos de considerar, à partida, uma síntese das relações actuais sumariando pontos que já foram apresentados atrás; a seguir apresentaremos alguns factores que não podem deixar de ser realçados, e, finalmente, serão apresentadas algumas hipóteses para a evolução, nos anos que hão-de vir.

1. *Síntese das relações actuais*

O sistema tradicional de equilíbrio do poder, do princípio do século, alterou-se e diluiu-se como vimos. No processo houve duas circunstâncias fundamentais:

- Durante a Primeira Guerra Mundial, a entrada dos Estados Unidos da América — embora tardia — nas guerras Europeias veio dar a estas um carácter mundial. Isto originou, ao mesmo tempo, um crescimento em flecha dos factores do potencial estratégico dos Estados Unidos.
- A Segunda Guerra Mundial modificou, uma vez mais, as condições prévias de sistema de equilíbrio, e de uma maneira drástica. Nas suas consequências, sucessivamente, primeiro uma, depois outra, apareceram as duas grandes superpotências em relação às quais as antigas grandes potências perderam significado, por falta de proporções.

O sistema bipolar veio assim a ser instituído como uma consequência da guerra e isto é geralmente reconhecido.

Foi por este processo que o Mundo se tornou bipolar e a bipolaridade veio a acentuar-se quando as superpotências, na equação dos riscos-objectivos, acordaram em que, pelo menos por agora, os objectivos devem ser sacrificados aos riscos. O sistema não é tão cristalino nem tão perfeitamente definido como se poderia deduzir do que fica escrito. Há e continuará a haver sintomas de confrontação e *despolarização*. Quanto aos últimos — *despolarização* —, temos recentemente visto alguns. A República Popular da China, dissociada do Bloco Soviético, está a caminho de se tornar outra superpotência, o que significa que já foi criado um policentrismo oriental. A França, com a base real ou suposta da sua «force de frappe», em menor grau, provocou um policentrismo ocidental⁽²⁹⁾.

E o Terceiro Mundo, apesar de estar bastante longe de qualquer unidade política sólida e com as divergências internas do grupo, proclamando-

(29) José Maria Peman afirmou acerca disto que a China tinha desorganizado o Bloco Comunista e a França o Ocidente: «Nem o Kremlin representa Pequim, nem a Casa Branca De Gaulle.»

-se não alinhado entre o Leste e o Oeste, tem sido capaz de manobrar entre as pretensões de supremacia das superpotências. Poderiam considerar-se outros factores de despolarização tais como a importância de algumas organizações regionais, por exemplo a CEE, a Organização dos Estados Americanos, o grupo árabe, que apesar das suas divergências está a defender os seus interesses com um assinalável grau de coesão sob impulso do catalisador que é o conflito israelo-árabe. E, ainda, por exemplo, a OPEP, em terrenos diferentes. Mas estas considerações não afectam, grandemente, o aspecto geral do equilíbrio mundial do poder, na forma como foi apresentado, aparentemente calmo à superfície. Todavia, abaixo da superfície, é, realmente, muito agitado: os Estados estão em agitação permanente, interna e externamente, o que provoca conflitos e com a frequência que foi assinalada. Mas, apesar de tudo, o traço mais característico do sistema é a característica estável do bipolarismo, que tem evitado o pior mas é incapaz de evitar o mau.

De acordo com o mecanismo deduzido da análise histórica, o sistema, como tal, apresenta três possibilidades de evolução:

- Confrontação entre as duas superpotências numa tentativa para impor, por uma delas, uma ordem de dominação à escala mundial, o que pode ser sugerido por uma forte demarcação ideológica. Era o que de certo modo vinha acontecendo até à altura da formulação do princípio, da coexistência pacífica.
- Acordo entre os dois poderes mais ou menos claramente definido, que é o que em muitos aspectos está a suceder, para manter a situação actual.
- Se outras potências da mesma escala aparecerem abre-se o caminho para um sistema multipolar.

Antes de prosseguir com a consideração das probabilidades das hipóteses acima enunciadas tentemos verificar se há outros factores ou forças capazes de operarem alterando o mecanismo previsto para a evolução.

2. *Um factor significativo de mudança*

Qualquer pássaro, antes de abrir as asas certamente que abre os olhos primeiro e olha em redor. Então, tem a tentação de voar, nos largos horizontes abertos à sua volta, de ser livre e saudável, mesmo que seja pequeno evitando a interferência dos maiores, especialmente das aves de rapina. Isto é lógico e até é humano.

Os Estados ou as Nações-Estados têm a tendência de serem também assim. Têm a íntima aspiração de serem prósperos e livres e de viver em paz e esta tendência está-se tornando mais forte cada dia, um facto que pode contribuir no futuro para eliminar as tensões entre eles. Por outro lado as organizações transnacionais, como as Nações Unidas, a «Commonwealth», a Organização dos Estados Americanos, a Organização de Unidade Africana, e tantas outras, por esse Mundo fora, apesar das muitas críticas que frequentemente lhes são feitas, estão contribuindo, transcendendo as fronteiras nacionais, para estabelecer cabeças de ponte, elos de ligação, para além daquelas fronteiras. É um processo lento mas pelo qual, dia a dia, uma moral internacional geralmente aceite se vai progressivamente estabelecendo e consolidando. Este sentimento vai crescendo porque as suas raízes estão profundamente cravadas no espírito do Homem. Isto pode ser ilustrado com a autoridade do Prof. Toynbee, quando escreveu: «Ao contrário dos nossos antepassados, nós na nossa geração sentimos do fundo dos nossos corações de que uma Paz Ecuménica é agora uma necessidade gritante. Vivemos no terror diário duma catástrofe que receamos possa desabar sobre nós se o problema de fazer face a esta situação for deixado sem solução por muito mais tempo (30)».

Agora, tentaremos analisar dois casos concretos, recentemente objecto de algumas opiniões críticas e comentários pessimistas: a Conferência de Helsínquia e o diálogo Norte-Sul. Apesar do criticismo, há sólidos fundamentos de optimismo, julgo. O que é importante é que nos últimos 10 a 15 anos um muito considerável progresso foi feito no domínio da regulação pacífica das disputas internacionais. Os Estados estão mais e mais, quase todos os dias, juntos, na procura de acordo e da paz, apesar de que, evidentemente, muitos problemas não serão resolvidos amanhã, mas possivelmente, tenhamos esperança, o serão no dia de depois de amanhã.

As expectativas crescentes dum Mundo pacífico têm de ser mantidas dentro das limitações das possibilidades razoáveis. Mas os progressos, apesar de fracassos aparentes, têm sido continuados. E é por esta razão que elaboraremos sobre este assunto mais extensamente do que sobre outros apresentados previamente.

(30) Arnold J. Toynbee: *War and Civilization*. (Selecionado por Albert Vann Fowler de «A Study of History»): London, New York, Toronto: Oxford University Press: 1951: p. 3.

A Conferência de Helsínquia CSCE, Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, merece algumas considerações mais desenvolvidas, analisando algumas críticas que foram feitas e o que é o seu activo, bastante positivo.

A CSCE abriu em Belgrado e encerrou-se em Helsínquia, em 21 de Julho de 1975, com a assinatura do acordo por 35 Estados da Europa do Leste e Oeste — e da América (Canadá e Estados Unidos da América), grupo em que se incluía a cidade do Vaticano (Santa Sé). Praticamente todos os países da Europa menos a Albânia.

Na segunda fase da conferência seis Estados do Norte de África assistiram às reuniões, que foram seguidas com grande interesse pelos outros membros da comunidade internacional e, também, pelo homem da rua. Em diferentes «pacotes» a conferência regulou os mais diversos assuntos dos quais destacaremos os relativos à segurança na Europa e os princípios reguladores das relações entre os Estados. Na declaração de princípios foram incluídos: igualdade da soberania; limitação da ameaça ou emprego da força; inviolabilidade das fronteiras; integridade territorial dos Estados; regulação pacífica das disputas; não intervenção nos problemas internos; respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; incluindo a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença; igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; cooperação entre os Estados; cumprimento em boa fé das obrigações decorrentes da lei internacional ⁽¹⁾.

Estabeleceu-se um código completo e notável de moral internacional e de comportamento dos Estados, da mais transcendente importância, mesmo quando violado, e que foi assinado pelos chefes de Estado de países de ideologias opostas. E que constitui, também, uma norma de conduta para os outros membros da comunidade internacional, pelo menos como consequência dos princípios que encerra.

Em Junho de 1977, dois anos depois da assinatura do acordo, estão a decorrer as reuniões preparatórias para a conferência de 1977. É interessante recolher alguns pontos de vista. Mas, antes de prosseguir, e esta tem sido uma das críticas mais severas, deve fazer-se notar que o acordo estabeleceu

⁽¹⁾ *Conference on Security and Cooperation in Europe. Final Act*: Apresentado ao Parlamento pelo Primeiro-Ministro por Ordem de Sua Majestade: Her Majesty Stationary Office: August, 1975: p.p. 1-6.

ou confirmou na Europa o «statu quo», ou de alguns pontos de vista ocidentais, a dominação da União Soviética sobre os seus satélites. Mas isto, na realidade, em nada alterou o que era a situação de facto, que só pode ser alterada por uma evolução lenta para a qual a conferência ou os termos do acordo não fecharam qualquer porta, mas, possivelmente, em minha opinião, podem facilitar a sua eventual abertura.

As primeiras críticas não anularam ou sufocaram o que era uma convicção quase geral, no Ocidente e no Mundo: a «détente» entre os Estados era acompanhada por uma «détente» nos espíritos. A paz parecia estar à mão e o espectro da guerra posto a uma considerável distância. Abriu-se um clarão de esperança, a limitação dos armamentos parecia mais fácil e o acordo SALT II mais viável, o que permitiria desviar enormes recursos, do sector da defesa para outros campos mais directamente relacionados com o bem-estar das populações. Todavia, depois de decorrido algum tempo muitas dúvidas começaram a aparecer. Alguns dos exemplos mais típicos foram começando com o Prof. Biedenkopf, que, por exemplo, afirmou:

«No início da campanha eleitoral americana para a Presidência, em Março de 1976, quando Ford formulou a proposição, que seria muitas vezes transcrita, «Eu não voltarei a usar a palavra «détente», nunca mais», ele ia ao encontro dum desejo largamente expresso dos seus concidadãos.»⁽²²⁾

Esta é uma declaração audaciosa por um dos signatários da Conferência de Helsínquia. E o Prof. Biedenkopf acrescentava:

«No nosso país, a República Federal da Alemanha, o processo de nos acalmarmos foi talvez o mais doloroso. Em nenhum outro país as esperanças foram tão altas e as previsíveis consequências favoráveis foram estabelecidas duma forma tão definitiva como aqui. Mas agora, mesmo os mais entusiastas estão tomando acerca da «détente» uma notável reserva.»⁽²³⁾

E muitas outras dúvidas aparecem de outras direcções, algumas de natureza muito mais radical. Para tomar em consideração duas delas, e

⁽²²⁾ Prof. Dr. Kurt H. Biedenkopf: Conferência: *The Meaning of Détente for our Defence Policy*: Werkund Conference: Munich: March, 1977.

⁽²³⁾ Ibid.

tendo em vista não ficar hipnotizado pela «détente», Rummel escreveu o seguinte: «Por outras palavras, a «détente» está a fazer-nos escorregar para uma situação na qual teremos de, eventualmente, escolher entre uma guerra nuclear e uma rendição estratégica, em relação à União Soviética.»⁽²⁴⁾

E Solzhenitsyn era ainda mais pessimista quando afirmou, em 29 de Agosto de 1975, perante o AFL-CIO, em Nova Iorque:

«Numa dada altura não havia comparação entre o poderio da União Soviética e o vosso. Talvez a relação seja hoje maior do que a unidade (a favor da União Soviética), mas em breve será de 2 para 1. Depois 3 para 1. Finalmente será de 5 para 1. Eu não sou um especialista, mas isto pode ser considerado dificilmente como accidental (...), com uma tal superioridade nuclear será possível bloquear o emprego das vossas armas, e numa infeliz manhã eles declararão: «Atenção: Nós vamos fazer marchar as nossas tropas através da Europa e se vocês fizerem um movimento nós vos aniquilaremos». E esta relação de 3 para 1 ou 5 para 1 terá o seguinte efeito: Vós não fareis um movimento.»⁽²⁵⁾

Como sabemos pelo que podemos deduzir da relação de forças convencionais na Europa Ocidental esta pode ser submergida em 72 horas. O ponto de vista de Solzhenitsyn é muito pessimista mas é também um aviso. Muitas dúvidas, evidentemente, persistem acerca da «détente», e isto, principalmente, porque a boa fé da União Soviética está ainda longe de se poder considerar provada. Leónidas I. Brezhnev, agora o chefe, nos dois mais altos escalões políticos, da União Soviética, como Chefe de Estado e como Presidente do Partido Comunista, acentuou que: «O movimento de melhoria das relações com o Ocidente é uma política de mudança táctica para permitir ao Bloco Soviético estabelecer a sua superioridade nos próximos 12 a 15 anos.»⁽²⁶⁾ Esta afirmação foi feita não muito antes da Conferência de Helsínquia.

⁽²⁴⁾ R. J. Rummel: *Peace Endangered, The Reality of Détente*: London; Sage Publications, Beverly Hills: 1976: p. VIII.

⁽²⁵⁾ Transcrito por R. J. Rummel: *Ibid*: p. VIII.

⁽²⁶⁾ *Ibid*. p. 29: Transcrito por Rummel do International Herald Tribune: 18 September 1973.

Apesar disto tudo o tratado de Helsínquia foi assinado e, além de constituir uma grande esperança para o futuro, estabelece em mais sólidos fundamentos uma moral internacional, que, como dissemos, é de transcendente importância, mesmo quando não respeitada. De acordo com os seus termos, o Presidente Carter tem feito uma deliberada defesa dos direitos humanos, e também da «détente», com um apoio diversificado de diferentes direcções, e com consequências discutíveis quando se está no limiar da segunda volta da conferência, com as reuniões preliminares já em curso.

Terminaremos com uma perspectiva mais optimista, apesar da confrontação entre o Leste e o Oeste, que está a tomar lugar em Belgrado, relativamente a um ponto que parece poder parecer secundário, a discussão, da agenda, para reunião de Outubro. O Sr. Milos Minic, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Jugoslávia, na sessão de abertura das conversações preparatórias em Belgrado, disse que:

«Nenhum de nós, em minha opinião, pode negar o facto de que estes resultados se tornaram uma parte integral da realidade europeia, e num sentido mais largo da *realidade internacional*» (meu sublinhado) ⁽³⁷⁾.

Alguma coisa permanecerá, para sempre, da Conferência de Helsínquia. Foi a consagração da «détente», e em termos que torna, já, muito difícil voltar atrás. É hoje uma esperança e uma crença partilhada por milhões de seres humanos. Uma crença de que um dia teremos paz, não na próxima semana, como é evidente, porque a «détente» continua a ser baseada no medo, mas porque começa, começará, a ser baseada na compreensão e no amor. Este é um factor a ser considerado nas relações entre o Oeste e o Leste, no quadro duma «realidade mais ampla» como foi exposto pelo Sr. Minic.

E o que é mais importante é que um compromisso foi assumido, por tantos Estados e perante os olhos da opinião pública internacional, não só em termos práticos como em questões de princípio. E quanto a isto, voltamos a acentuar, já será muito difícil voltar atrás.

O diálogo ou Conferência Norte-Sul, como tem sido designada a Conferência sobre a Cooperação Económica Internacional, terminou, em Paris, nos princípios de Junho de 1977. É interessante notar que Estados de diver-

⁽³⁷⁾ *The Times*: London: 16 June 1977.

soz quadrantes do Mundo participaram permitindo a formulação de pontos de vista acerca da evolução e da confrontação — ou tensões — entre os países ricos e os pobres.

O Norte, os países ricos, estava representado por oito Estados, que é de interesse nomear até para assinalar algumas omissões significativas: Austrália, Canadá, França, Estados Unidos, Japão, Suécia e Suíça. Na equipa do Sul estavam presentes 19 Estados. Em qualquer caso, as grandes linhas das reuniões finais do diálogo Norte-Sul já tinham sido previamente definidas — para os ricos ou mais ricos, na cimeira de Londres, pelos «Sete Magníficos», a França, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Japão, Canadá e os Estados Unidos da América. Nos títulos das primeiras páginas dos jornais a conferência foi considerada um fracasso. Na verdade a margem de acordo não foi notável, pelo menos à primeira vista. Os países pobres, muito diversificados quanto à sua natureza — que incluíam países como a Venezuela e a Arábia Saudita —, apresentaram um notável sentido de unidade, como já tinha acontecido em situações similares quando os interesses, ou alguns interesses, convergem, o que torna possível apresentar uma fachada unitária, apesar das divergências sob a superfície. O ressentimento contra os ricos como também os anseios postos quanto às possibilidades de desenvolvimento foram os factores principais de coesão entre Estados muito diferenciados e nos mais diversos aspectos.

No final, o acordo foi de natureza muito limitada: um empréstimo de um bilião de dólares americanos e a criação do chamado «Fundo Comum», para regular os preços de produtos. Isto não foi tão mau, como alguns observadores consideraram, para além do diálogo e de pistas que foram abertas. Na realidade a conferência partia de bases muito ambiciosas, tentando regular «inter-alia», os preços de cerca de 18 produtos, quando, muito pouco tempo antes, a reunião sobre o acordo do açúcar, que só tratara de um produto, terminou num impasse.

Quanto ao problema das dividas dos países pobres, que foi um dos tópicos mais importantes, aquelas foram avaliadas na soma fantástica de 180 biliões de dólares americanos. E quanto a isto nenhuma espécie de acordo foi possível. Por outro lado, a discussão do problema da energia foi recusado pelos países pobres. O comunicado final tentou salvar a face entre as posições dos participantes e, apesar do facto de a conferência ter sido adiada «sine die», ambas as partes exprimiam o desejo de que ela deveria continuar num outro «forum».

O Sr. Jenkins, presidente da Comissão Económica Europeia, em Bruxelas, afirmou, em 3 de Junho de 1977, que «a Conferência (Norte-Sul), ficou muito longe de ser um fracasso, como muitos a querem apresentar» ⁽³⁸⁾.

Mas, referindo-nos às esperanças que emergiram desta conferência é interessante transcrever dois ou três pontos da exposição do secretário de Estado americano, Cyrus Vance:

«*Tem de haver um novo sistema económico internacional* (meu sublinhado): em tal sistema deve haver equidade, deve haver crescimento, mas acima de tudo, deve haver justiça. Mas, ao mesmo tempo, devemos estar preparados de que isto não será construído nesta semana. Nem de que terá de ser construído sem alguns ajustamentos dolorosos, acomodações e sacrifícios de todos nós hoje, aqui, presentes.» ⁽³⁹⁾

E terminaria por afirmar que «.....nós consideramos que os países comunistas industrializados devem aumentar a sua assistência para o desenvolvimento» ⁽⁴⁰⁾.

Numa base selectiva, alguns países da OPEP já se estão a reunir para ajudar os países pobres.

Tanto quanto à Conferência de Helsínquia como ao diálogo Norte-Sul há um largo espectro de opiniões acerca dos seus méritos. Há aqueles que olham para as suas conclusões como um fracasso inevitável e aqueles que acreditam que uma nova via foi aberta em direcção a um Mundo Novo baseado na esperança de o interesse comum geral vir a ser colocado acima do egotismo — e do egoísmo. O senso comum e a tendência definida pela história moderna inclinam-nos a aceitar a orientação defendida pela segunda via. O futuro, a longo prazo, dará uma resposta. Mas se este não vier a ser o caso, e acreditamos que será, seremos obrigados a reconhecer que as tensões entre os Estados não se atenuarão mas, pelo contrário, aumentarão, e os conflitos e violência não só seriam mantidos mas agravados. Mas isto vai contra os mais profundos sentimentos e crenças não só dos estadistas como da opinião pública mundial. De nós todos.

⁽³⁸⁾ *The Times*: London: 4 June 1977.

⁽³⁹⁾ Embaixada Americana: Londres: *Official Text*: Address by the US Secretary of State, Cyrus Vance at the CIEC: 31 May 1977.

⁽⁴⁰⁾ *Ibid*.

Mas muito mais importante do que as conclusões que se possam extrair da tendência da história e dos acontecimentos recentes é o de que o espírito de «détente» e de cooperação internacional, com o nivelamento ou atenuação das diferenças mais gritantes, já está profundamente enraizado na consciência da maioria dos homens, com a convicção e fé de que a cooperação é não só desejável mas indispensável.

Duas hipóteses possíveis podem ser consideradas na formulação de previsões para o futuro. Uma hipótese clássica, seguindo as linhas das leis ou mecanismos deduzidos a partir da experiência do passado, e uma hipótese mais optimista aceitando que o caminho é árduo, mas postulando que uma moral internacional, que está hoje tomando forma, acabará por dominar e dar forma à evolução do equilíbrio do poder, nas suas projecções para o futuro. O que não será imediato.

O que escrevemos nas páginas atrás não tinha outra finalidade senão a de justificar a afirmação, previamente feita, de que, apesar de tantas dúvidas e incertezas, a segunda hipótese parece não só a mais racional como a mais provável.

3. *Prospectivas para o futuro*

Ao analisar as prospectivas para o futuro teremos de considerar duas hipóteses possíveis:

a) *Uma hipótese clássica*, isto é que a evolução terá lugar de acordo com as leis ou mecanismos deduzidos do estudo passado. Quanto a isto há três possibilidades: o sistema bipolar será mantido, pelo menos a curto e médio prazo, o de que evoluirá no sentido do unipolarismo ou de que se transformará num sistema pluripolar.

— A evolução na direcção do unipolarismo tem de ser considerada como a menos provável das três situações. Isto teria de significar qualquer uma das seguintes linhas de acção: rendição, como foi previsto por Solzhenitzyn, (") o que é muito improvável, uma vez que o Ocidente e destacadamente os Estados Unidos da América seguem a advertência latina «Si vis pacem para bellum» que é o «moto» da Academia

(") Ver nota n.º 36.

Militar Portuguesa e que está de acordo com o que Horácio escreveu nas Sátiras: «In pace ut sapiens aptarit idonea bello.»

Ou, por outro lado, uma tentativa de evolução no sentido do unipolarismo significaria um suicídio colectivo com uma guerra nuclear generalizada, também, muito improvável como podemos deduzir da história recente e das tentativas que têm sido feitas para a evitar por todos os meios. A dissuasão tem funcionado e não há indicações de que não continuará a funcionar, para mais animada pelo espírito da «détente».

- A manutenção do sistema bipolar aparece, nas suas projecções do futuro, como absolutamente improvável. Poderá manter-se por alguns anos, mais ou menos, mas as duas superpotências não poderão impedir, a longo prazo, o aparecimento, primeiro de uma, e depois de outras, e outras superpotências, com o potencial estratégico das actuais duas superpotências.
- A longo prazo, e esta é a mais provável das hipóteses, será de que com o aparecimento de novas superpotências teremos de encarar um sistema pluripolar, à escala mundial, com progressivamente três, depois quatro, cinco, seis ou mais superpoderes. Vários superestados cada um com milhões de habitantes, poderosos, tendo nos seus arsenais imensos armamentos nucleares e mantendo as tensões actuais. O equilíbrio mundial do poder seria não só muito mais complexo mas muito mais incerto. A complexidade seria muito mais ampla do que aquela que foi apresentada para os períodos que antecederam as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, mas os riscos acrescidos de uma confrontação possível aumentariam consideravelmente a incerteza e a possibilidade de consequências mais do que catastróficas. E o medo, por isto, e por outras razões, como dizia o Prof. Toynbee, continua a dominar os homens. Sabemos quais as dificuldades que o SALT II tem vindo a experimentar e podemos imaginar as que teria de experimentar, dentro de uma ou duas décadas, se o processo não se encerrar em breve, com três, quatro, cinco, seis, ou mais superpotências nucleares sentadas à mesa da conferência. Quando o número de relações dominantes cresceria de uma hoje, para seis ou quinze, ou mais, naquele dia. É na realidade extremamente perigoso e todos os esforços devem ser feitos no sentido de que isso nunca venha a concretizar-se. Mas a menos que outras

circunstâncias travem esta possibilidade, isto poderá acontecer. O que seria trágico.

O equilíbrio do poder, na sua forma actual permanecerá como uma estrutura de passagem muito delicada, como um estado de transição temporário dominado pelos interesses individuais dos Estados e as possibilidades de conflito são ainda muito extensas. Com efeito a possibilidade de conflito continua a ser a regra: porque os conflitos, mesmo quando aquém da violência, são o resultado de um equilíbrio em risco de ser rompido. Numa tal situação os conflitos nacionais e internacionais continuariam a ter a frequência que já foi exposta. E guerras de consequências catastróficas, num tal sistema, poderiam continuar a ocorrer. Este tipo de equilíbrio estará constantemente em perigo, até porque é altamente instável. A evolução, com base em fundamentos sólidos, parece ter de ser diferente: «Muita gente, frustrada, exasperada, horrorizada pela perspectiva da guerra (e até pelos conflitos aquém da violência), prevê a aurora duma era pacífica. A guerra, dizem eles, tornou-se impossível na idade nuclear. O nacionalismo político abrirá o caminho para o internacionalismo.»^(*)

Virá o dia em que os Estados estarão menos interessados em conflitos do que nos seus interesses individuais.

b) *Uma hipótese racional*, que terá de ser construída com base no novo espírito de relações internacionais que se vêm desenhando. Um espírito baseado numa moral internacional, aceite por todos e, o que é mais importante, respeitada, baseada ou estimulada pelos receios e ansiedade pela paz da maioria dos povos do Mundo, como tentámos estabelecer quando, neste estudo, tratámos dos mais significativos factores de mudança. A bola de neve está a rolar e fica maior, cada dia. Há muitos sinais encorajadores de que isto é, realmente, a alvorada da evolução para um Mundo melhor. Esta é uma aspiração ou um ideal profundamente enraizado no espírito dos homens, nas afirmações públicas de cidadãos proeminentes, estadistas, chefes de Estado — por cada um. E é esta a razão por que escolhemos esta como a hipótese racional. Churchill escreveu que um dia o Presidente Roosevelt lhe disse que estava à procura de sugestões para como a guerra

^(*) Hanson H. Baldwin: *Strategy for Tomorrow*: New York and Everston: Harper and Row Publishers: 1970: p. 2.

em curso devia ser designada: «Respondi imediatamente: a guerra desnecessária.»^(*) E na verdade foram elas necessárias, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e até outras que se lhe seguiram? Julgo que a resposta se pode encontrar numa transcrição de Churchill, nas palavras que seguem:

«É a minha mais fervorosa esperança de que a meditação sobre o passado nos pode dar um guia para os dias que hão-de vir, habilitando uma nova geração a reparar alguns dos erros dos anos passados e então, depois, governar de acordo com as necessidades e a glória dos homens, a terrível e reveladora ciência do futuro.»^(**)

Uma hipótese racional terá de ser construída sobre um novo espírito das relações internacionais, baseada numa moral internacional e no espírito e aspirações do Homem. É, como já dissemos, um processo lento e penoso. Uma ordem internacional mais justa e racional — insisto — não aparece dum dia para o outro e obriga a grandes sacrifícios, dos quais talvez um dos maiores seja o de olhar para os outros membros duma nação, ou para os outros Estados do sistema internacional, não só como iguais mas como companheiros que devem ter o mesmo direito à justiça e à decência nas suas vidas. E talvez, quanto a isto, possa haver razões sólidas para ser optimista. Repetiremos parte duma transcrição de Baldwin: «Muita gente, frustrada, exasperada, horrorizada pela guerra, antecipa a alvorada de uma nova era pacífica.»^(***)

O mesmo ou qualquer coisa similar está a acontecer com os Estados ou as Nações-Estados. Como já foi afirmado é um processo lento e que exige alguns — ou muitos — sacrifícios. Referindo-se ao Reino Unido, Sua Majestade a Rainha Isabel II pôs o problema em termos exemplares, quando afirmou:

«Durante estes mesmos anos este país passou por tempos difíceis. As consequências da Segunda Guerra Mundial e as dramáticas e rápidas circunstâncias de mudança que determinou, exigiram um longo processo de reajustamento. Muito já foi realizado, mas são ainda exigidas uma coragem e perseverança continuadas (...) Mas a grande forta-

(*) Sir Winston Spencer Churchill: *The Second World War*, Vol. I, *The Gathering Storm*: Cassel & Co. Ltd.: London: 1948: p. VII.

(**) Ibid.: p. VII.

(***) Ver nota 42.

leza de qualquer nação está nos recursos humanos e espirituais. De qualquer forma os Cristãos são mantidos e inspirados pela fraternidade dos homens e pelo mandamento de se amarem uns aos outros.»⁽⁴⁾

E este espírito é constantemente afirmado e reafirmado por estadistas e cidadãos eminentes. E por gente de todos os matizes de opinião e dos mais diferentes credos, não só quanto aos seus países mas quanto ao Mundo em geral. E, como a maioria das pessoas, eu veementemente acredito que este espírito prevalecerá sobre os interesses e disputas nacionais e internacionais.

Se esta última hipótese — a racional — prevalecer, como tudo aconselha e indica que virá a suceder, o Mundo de amanhã será certamente complexo mas sem grande espaço para preocupações acerca dos sistemas de equilíbrio mundial do poder. Serão assuntos definitivamente arquivados nas estantes da história para delícia dos eruditos e, mais tarde, dos historiadores.

Com o espírito do acordo de Helsínquia e os princípios definidos no diálogo Norte-Sul a regular as relações internacionais entre os Estados, o equilíbrio mundial do poder, o Mundo de amanhã, será diferente e será melhor. E esta é a via que, parece, todos estamos a prosseguir. Chegará o dia em que o Mundo com o seu povo não terá povos oprimidos dentro das suas próprias fronteiras, nem Estados dominados ou tentando dominar outros. E esta é a mais provável — racional — prospectiva de evolução.

Este dia está mais próximo e estará mais próximo cada dia. E, lembrando a citação de abertura de Paul Vidal de La Blache, nós poderemos dizer num desses dias a vir: aqui está finalmente o «Mundo Novo», como um medalhão cunhado com a efígie do seu povo — A HUMANIDADE.

Francisco Maria Rocha Simões

Brigadeiro

⁽⁴⁾ Discurso da Rainha Isabel II na abertura, por Sua Majestade, da Assembleia Geral da Igreja da Escócia, na terça-feira 24 de Março de 1977: Texto oficial.

NOTA FINAL

Já depois de esta tese estar terminada e dactilografada, teve lugar um acontecimento muito importante: a visita do Jubileu de Sua Majestade Isabel II à Irlanda do Norte. Esta visita foi muito controversa, mas, deve ser dito, decorreu da forma mais notável e terminou «em triunfo». Um dos pontos mais salientes da visita foi o discurso da Rainha na Nova Universidade de Ulster, Colerain, em 11 de Agosto de 1977. Os sentimentos de muita gente no Reino Unido e no Mundo foram expressos por Sua Majestade, quando disse:

«Há esperançosos sinais de reconciliação e entendimento (...) Eu pressenti a existência de um laço comum e de uma esperança partilhada quanto ao futuro. As pessoas, por toda a parte, reconhecem que a violência não tem sentido e é errada, e não a aceitam. A sua mensagem clara é de que ela deve acabar. Esta é, também, a minha prece.»

Algumas palavras muito claras, para ler com cuidadosa atenção e meditar.